

**CÂMARA TÉCNICA DE ASSUNTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS - CTIL  
DO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH  
ATA DA 98ª REUNIÃO**

**Data:** 12 e 13 de novembro de 2007, das 09h45 (do dia 12) às 17h50 (do dia 13).

**Local:** Ministério de Minas e Energia - MME, Bloco U, Esplanada dos Ministérios, Brasília-DF.

**REPRESENTANTES:**

1. Ministério da Justiça: Byron Prestes Costa - Conselheiro (byron.costa@mj.gov.br);
2. Ministério das Cidades: Rodrigo Fraga Massad (rodrigo.massad@cidades.gov.br);
3. Ministério da Integração Nacional: José Luiz Ribeiro Reis (jose.reis@integracao.gov.br);
4. Ministério do Meio Ambiente - SRHU: Márley Caetano de Mendonça - Conselheiro (marley.mendonca@mma.gov.br);
5. Ministério do Meio Ambiente - ANA: Maurício Abijaodi Lopes de Vasconcellos (mauricio.lopes@ana.gov.br);
6. Ministério de Minas e Energia: Marina Scalón (marina.scalon@mme.gov.br);
7. Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos - Rio de Janeiro e São Paulo: Neusa Maria Marcondes Vieira de Assis (neusaassis@sp.gov.br);
8. Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos - Bahia e Ceará: Simone de Souza Campos (simone.campos@srh.ba.gov.br);
9. Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos - Sergipe e Piauí: Breno Bergson Santos (brenobergson.santos@semarh.se.gov.br);
10. Irrigantes: Wilson A. Bonança (wbonanca@srjundiai.com.br);
11. Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Sonáli Cavalcanti Oliveira (sonali@chesf.gov.br);
12. Indústrias: Maria Luíza Werneck (mwerneck@cni.org.br);
13. Pescadores e Usuários de Recursos Hídricos com Finalidade de Lazer e Turismo: Wilson de Azevedo Filho (azefilho@hotmail.com);
14. Comitês: Marcus Vinícius Lopes da Silva (cbhmogi@terra.com.br);
15. Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: Donizete Tokarski (donizete@ecodata.org.br);
16. Organizações Não Governamentais: Ninon Machado de Faria Leme Franco - Conselheira (ninon@institutoipanema.net);
17. Organizações Técnicas e de Ensino e Pesquisa: Gilberto Valente Canali (gvcnali@uol.com.br);

**DEMAIS PRESENTES:**

- Elvira Rose Atuati - Instituto Águas do Prata (iap1@terra.com.br);
- Marco J. M. Neves - SRHU/MMA (marco.neves@mma.gov.br);
- Andrea Figueiredo - MME (andrea@mme.gov.br);
- Martha Regina Von Borstel Sugai - COPEL (martha.sugai@copel.com);
- João Carlos Machado - MCidades (joaocarlos.machado@cidades.pmss.gov.br);
- Luiz Eduardo de Souza Leão - Cetesb (luizl@cetesbnet.sp.gov.br);
- Eneida Mara Moraes Zanella - Cetesb (eneidaz@cetesbnet.sp.gov.br);
- Francisco Carlos Castro Lahóz - Consórcio PCJ/Agência PCJ (francisco@agua.org.br);
- Sérgio Razera- Consórcio PCJ/Agência PCJ (sergio@agua.org.br);
- Rogério Teixeira da Silva - Esalq-USP (rtsilva@esalq.usp.br);
- Rachel Landgraf de Siqueira - SRHU/MMA (rachel.siqueira@mma.gov.br);
- Raquel Scalia A. Ferreira - SRHU/MMA (raquel.scalia@cnrh-srh.gov.br);
- Ednaldo Mesquita de Carvalho - SRHU/MMA (ednaldo.mesquita@mma.gov.br);
- João Bosco Senra (Conselheiro) - SRHU/MMA (joao.senra@mma.gov.br);
- Luísa Ramos Caetano - Elabore Consultoria Ambiental (luisa.caetano@elabore.com.br);
- Alberto J. Palombo - Consultor BID (apalombo@infohydro.com);
- Roseli dos Santos Souza - SRHU/MMA (roseli.souza@mma.gov.br);
- Simone Vendruscolo - SRHU/MMA (simone.vendruscolo@mma.gov.br);

- 55 ■ Maurício S. Pompeu - SRHU/MMA (mauricio.pompeu@mma.gov.br);
- 56 ■ Rafael Egashira - SRHU/MMA (rafael.egashira@mma.gov.br);
- 57 ■ Christian A. H. Govastki - MME (christian.govastki@mme.gov.br);
- 58 ■ Daniel Martinelli Duarte - SRHU/MMA (daniel.duarte@mma.gov.br);
- 59 ■ Thais Chueiri - Patri Políticas Públicas (thais.chueiri@patri.com.br);
- 60 ■ Wilde Cardoso Gontijo Jr. - ANA (wilde@ana.gov.br);
- 61 ■ Maria Cristina Yuan (Conselheira) - IBS (crisyuan@ibs.org.br);
- 62 ■ Júlio César Rocha Mota - Embasa (julio.mota@embasa.ba.gov.br);
- 63 ■ Maurício Andrés Ribeiro - ANA (mauricio.andres@ana.gov.br);
- 64 ■ Demetrios Christofidis (Conselheiro) - MEC (dchristofidis@gmail.com);
- 65 ■ Rodrigo Flexa - ANA (rodrigof@ana.gov.br);
- 66 ■ João Clímaco (Conselheiro) - Copodhemfe (climaco@uai.com.br);
- 67 ■ Gustavo dos Santos Goretti - MIntegração (gustavogoretti@uol.com.br);
- 68 ■ Luiz Augusto Bronzatto - SRHU/MMA (luiz.bronzatto@mma.gov.br);
- 69 ■ Joaquim Gondim - ANA (joaquim@ana.gov.br);
- 70 ■ José Silvério da Silva (Conselheiro) - MAPA (jose.silverio@agricultura.gov.br);
- 71 ■ Luiz Novais de Almeida - MAPA (luizalmeida@agricultura.gov.br);
- 72 ■ Marco Antonio Ramos Caminha - Indústria (mcaminha@fiesp.org.br);
- 73 ■ Percy Soares Neto - SRHU/MMA (percy.neto@mma.gov.br);
- 74 ■ Tiago Machado Carneiro - SRHU/MMA (tiago2508@yahoo.com.br);
- 75 ■ Margarete Campos Rebouças - MPOG (margarete.reboucas@planejamento.gov.br);
- 76 ■ Fred Crawford Prado - MTransportes (fred.crawford@transportes.gov.br);
- 77 ■ Eduardo Madeira (Conselheiro) - MME (madeira@mme.gov.br);
- 78 ■ Nelson Neto de Freitas - ANA (nelson.freitas@ana.gov.br);
- 79 ■ Regina Menrava Romanini - Concessionárias (regina.romanini@cesp.com.br);
- 80 ■ Maria Arlete Rosa - Conselheira - Prestadores Saneamento (arleterosa@sanepar.com.br);
- 81 ■ Patrícia Boson (Conselheira) - Indústrias (tita@uaigiga.com.br);
- 82 ■ José Maciel Nunes de Oliveira - Comitês (macielpenedo@yahoo.com.br);
- 83 ■ Sidnei Gusmão Agra - OTEP (sgagra@terra.com);

#### 84 **RELATORIA:**

- 85 ■ Marco Antônio Amorim - SRHU/MMA (marco.amorim@mma.gov.br);
- 86 ■ Fabiano Chaves da Silva - SRHU/MMA (fabiano.silva@mma.gov.br).

#### 87 **ASSUNTOS DISCUTIDOS:**

88 Às nove horas e quarenta e cinco minutos do dia doze de novembro de 2007, no Ministério de  
89 Minas e Energia - MME, em Brasília-DF, iniciou-se a 98ª Reunião da Câmara Técnica de  
90 Assuntos Legais e Institucionais - CTIL, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos -  
91 CNRH, para tratar da pauta conforme **Anexo I. Item 1 - Abertura:** o **Sr. Sidnei Agra**  
92 (OTEP), Presidente da CTPNRH, declarou aberta a reunião conjunta da Câmara Técnica do  
93 Plano Nacional de Recursos Hídricos - CTPNRH e Câmara Técnica de Assuntos Legais e  
94 Institucionais - CTIL. Em seguida, passou a palavra ao Sr. Gualter de Carvalho, Conselheiro  
95 do CNRH, representante do Ministério de Minas e Energia - MME. O **Sr. Gualter de**  
96 **Carvalho** disse que o Conselho Nacional de Recursos Hídricos realiza um grande trabalho ao  
97 harmonizar os interesses e conflitos dos diversos segmentos da sociedade brasileira.  
98 Comentou que o MME tinha imensa satisfação em receber as duas Câmaras Técnicas do  
99 CNRH e desejou uma boa reunião. O **Sr. João Bosco Senra** (SRHU/MMA) mencionou que a  
100 presente reunião é mais uma etapa de um longo processo de discussão com diversos atores, e  
101 esperava que os Programas de I a VII do PNRH possam ser consolidados e encaminhados  
102 para deliberação pelo CNRH em dezembro. Em seguida, o **Sr. Sidnei Agra** (OTEP) solicitou  
103 que os presentes se apresentassem. Logo depois, informou que de acordo com a pauta as duas  
104 Câmaras Técnicas teriam os trabalhos ordenados de forma conjunta durante a manhã do dia  
105 12 e na tarde do dia 13. Passou, então, ao **Item 2 - Apresentação do processo de**  
106 **detalhamento do PNRH pelo GTCE:** inicialmente, o **Sr. Luiz Bronzatto** (SRHU/MMA)  
107 apresentou (**Anexo II**) um breve relato sobre o processo de detalhamento dos Programas de I

108 a VII do PNRH (**Anexo III**) e do pacto estabelecido na última reunião da CTPNRH que  
109 remete a uma proposta de discussão conjunta com a CTIL na presente reunião. Destacou a  
110 estrutura dos programas do PNRH e suas metas. Citou as reuniões ocorridas para discussão  
111 dos programas e subprogramas. Além disso, apresentou detalhes da sistemática para  
112 apresentação das contribuições advindas das reuniões e contribuições por meio de correio  
113 eletrônico. Mencionou que essas contribuições deverão ser matéria de discussão na presente  
114 reunião e representavam uma compilação de extratos provenientes das sugestões  
115 encaminhadas para auxiliar a discussão dentro da reunião conjunta. Informou que os  
116 programas estabelecidos e aprovados relativos ao Componente de Programas Regionais de  
117 Recursos Hídricos e o Programa relativo a águas subterrâneas deverão ser detalhados até o  
118 final de 2008. O **Sr. Donizete Tokarski** (Consórcios) sugeriu a criação de um programa para  
119 região do cerrado, a qual é responsável por 94% da vazão do Rio São Francisco, 78% da  
120 vazão da Bacia do Tocantins-Araguaia e 71% da vazão da Bacia do Paraná-Paraguai. Ou seja,  
121 uma região importante para proteção das nascentes dos principais rios do Brasil. Encerrada a  
122 apresentação, o **Sr. Sidnei Agra** (OTEP) agradeceu ao Sr. Luiz Bronzatto e passou a tratar o  
123 **Item 3 - Discussão preliminar do "Detalhamento dos Programas e Subprogramas do**  
124 **PNRH"**; quando sugeriu que a discussão fosse iniciada pelo Programa II - Desenvolvimento  
125 Institucional da Gestão Integrada de Recursos Hídricos no Brasil e seus respectivos  
126 subprogramas. Dentre as principais discussões ocorridas e relacionadas com o **Subprograma**  
127 **II.1** podemos citar o questionamento da necessidade da criação e institucionalização de novas  
128 instâncias de articulação no âmbito do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos  
129 Hídricos - SINGREH. O **Sr. Fred Crawford** (MTransportes) disse que os diversos programas  
130 e subprogramas precisam ser sistematizados considerando a bacia hidrográfica como unidade  
131 de planejamento. Após outras considerações foi proposto a *criação e institucionalização de*  
132 *mecanismos de articulação alternativos quando necessários, preferencialmente de caráter*  
133 *temporário e consultivo*. Em relação ao item Descrição e Ações previstas, foi solicitado a  
134 retirada da proposição de fomento à criação de um "Programa Municipal de Recursos  
135 Hídricos". A proposta foi acatada, porém a **Sra. Patrícia Boson** (Indústria), dentre outros,  
136 destacou a necessidade de criar mecanismos de inserção, adesão e comprometimento dos  
137 municípios na gestão dos recursos hídricos. O **Sr. Gilberto Canali** (OTEP) lembrou que a  
138 questão é relevante e carece de regulamentação do dispositivo constitucional de que trata  
139 competência comum dos entes federativos em relação ao meio ambiente. Passou-se, então, a  
140 discussão do **Subprograma II.2**. Foram apresentadas sugestões de modificações e  
141 questionamentos sobre os itens: Conceitos e Diretrizes, Indicadores e Metas e Fontes de  
142 Recursos. Destaca-se o acréscimo das seguintes diretrizes: *Considerar os comitês de bacia*  
143 *nos processos decisórios que afetem disponibilidade quali-quantitativa dos recursos hídricos*  
144 *da respectiva bacia hidrográfica; Avançar na consolidação dos comitês de bacia*  
145 *hidrográfica, fortalecendo seu papel na articulação das diversas políticas no âmbito da*  
146 *respectiva bacia hidrográfica*. A **Sra. Arlete Rosa** (Prestadoras) lembrou a necessidade de  
147 uma gestão efetiva para criar mecanismos de integração de políticas de diferentes áreas  
148 (saneamento, habitação, resíduos sólidos, etc) com a questão do abastecimento humano. O **Sr.**  
149 **João Carlos Machado** (MCidades) indagou qual seria o envolvimento concreto da política de  
150 recursos hídricos com as demais políticas públicas. Disse que a Lei de Saneamento sugere a  
151 incorporação dos comitês de bacia hidrográfica e, ao mesmo tempo, o ambiente territorial do  
152 município nos planos de saneamento. Entretanto, é preciso estabelecer demandas para a  
153 gestão municipal em colaboração com os comitês para a gestão local dos recursos hídricos.  
154 Em seguida, foram apresentadas sugestões aos itens Objetivo Geral e Específicos e Descrição  
155 e Ações Previstas do **Subprograma II.3**. A **Sra. Martha Sugai**, da COPEL, perguntou se os  
156 aspectos relacionados com cobrança descrito nas ações previstas foram discutidos no âmbito  
157 da Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos - CTCOB. O **Sr. Luiz**  
158 **Bronzatto** (SRHU/MMA) informou que a CTCOB não realizou uma reunião específica para  
159 análise dos documentos, somente durante o Seminário de Detalhamento realizado no início do  
160 ano de 2007, mas grande parte dos atores que atuam na CTCOB foram consultados por meio  
161 de entrevistas semi-estruturadas. Assim, considerando esse conjunto de informações foi

162 sugerido a avaliação da necessidade de elaboração de projetos de normativos visando a  
163 regulamentação de alguns normativos legais que propiciem a integração da cobrança com os  
164 outros instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos. Em seguida, proposta pausa  
165 para almoço, às 13h30. Nesse momento, o **Sr. Sidnei Agra** (OTEP) declarou suspensão a  
166 reunião conjunta CTPNRH - CTIL e informou que os membros das duas Câmaras Técnicas  
167 voltariam a se reunir conjuntamente no período da tarde do dia seguinte. A reunião da CTIL  
168 foi reiniciada às 15h20, prosseguindo ao **Item 4 - Informes:** o **Sr. Marcus Vinícius da Silva**  
169 (Comitês) transmitiu a satisfação do IX Encontro Nacional de Comitês de Bacia Hidrográfica  
170 em ter recebido as câmaras técnicas do CNRH e agradeceu a presença dos representantes da  
171 CTIL que prestigiaram o evento. Para ele, os comitês constituem a célula mãe do SINGREH.  
172 **Item 5 - Aprovação da ata da 97ª reunião da CTIL:** a ata da 97ª reunião foi aprovada sem  
173 alterações. **Item 6 - Análise do pedido do CBH-Doce, de ratificação da sua decisão de**  
174 **prorrogar, até março de 2009, o mandato dos membros do CBH-Doce e da sua**  
175 **Diretoria, que vencerão em 20 de dezembro de 2007, encaminhada pelo CBH-Doce:** o **Sr.**  
176 **Márley Caetano de Mendonça** (SRHU/MMA) acusou o recebimento do Ofício nº  
177 19/2007/CBH-DOCE (**Anexo IV**) no qual o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Doce -  
178 CBH-Doce resolve dar conhecimento e ouvir o CNRH sobre a sua decisão de prorrogar o  
179 mandato dos seus membros até março de 2009. Convidado a expor a matéria, o **Sr. Wilde**  
180 **Gontijo**, da ANA, primeiramente apresentou as ações de integração entre o CBH-Doce e os  
181 comitês de bacia hidrográfica de seus rios afluentes (**Anexo V**). Em seguida, disse que para  
182 levar a cabo os desdobramentos relativos a este processo de integração, o CBH-Doce  
183 considerou necessário prorrogar o mandato dos seus membros, e, buscando demonstrar  
184 transparência, achou prudente dar conhecimento da sua decisão ao CNRH. Ao opinar que uma  
185 maior legitimidade seria assegurada por uma reeleição, o **Sr. Gilberto Canali** (OTEP)  
186 indagou se o regimento interno do CBH-Doce prevê reeleições. O **Sr. Wilde Gontijo**  
187 explicou que há previsão regimental de uma reeleição (para um mandato de mais três anos),  
188 mas que, entretanto, o CBH-Doce avaliou que seria salutar e eficiente uma renovação do  
189 comitê no ano de 2009, após vencido o processo de integração em curso. Além disto, um  
190 procedimento eleitoral para um mandato de pouco mais de um ano seria dispendioso. O **Sr.**  
191 **João Bosco Senra**, da SRHU/MMA, justificou que a prorrogação do mandato dos membros  
192 do CBH-Doce é consenso na bacia e que seria uma questão de zelo a oitiva do CNRH. O **Sr.**  
193 **Márley Caetano de Mendonça** (SRHU/MMA) defendeu um posicionamento político do  
194 CNRH de apoio ao processo de integração da bacia do Rio Doce e, conseqüentemente, da  
195 prorrogação do mandato dos membros do CBH-Doce. Por sua vez, o **Sr. Maurício**  
196 **Vasconcellos** (ANA), a **Sra. Neusa Maria de Assis** (CERH-RJ/SP), a **Sra. Sonáli Oliveira**  
197 (Concessionárias), o **Sr. Wilson Bonança** (Irrigantes), o **Sr. Byron Costa** (MJustiça) e o **Sr.**  
198 **Wilson Azevedo Filho** (Pescadores e Usuários de Água p/ Lazer e Turismo), embora tenham  
199 louvado a iniciativa do CBH-Doce em ouvir o CNRH, manifestaram que os comitês são  
200 soberanos e têm autonomia para decidir sobre as suas questões internas, e assim, não seria  
201 necessário nem pertinente uma deliberação do CNRH. Encerrados os debates, por  
202 unanimidade, o encaminhamento da CTIL foi de dar conhecimento ao CNRH sobre a decisão  
203 do CBH-Doce de prorrogar, até março de 2009, o mandato dos seus membros, sem  
204 necessidade de que o CNRH delibere sobre o assunto. **Item 7 - Análise da proposta de**  
205 **resolução que “Aprova o Programa de Trabalho e a respectiva proposta orçamentária**  
206 **da Secretaria Executiva do CNRH para o exercício de 2008 - art. 46, inc. V, Lei nº 9.433,**  
207 **de 1997”, encaminhada pela Secretaria Executiva do CNRH:** convidado a apresentar a  
208 matéria, o **Sr. João Bosco Senra**, da SRHU/MMA, disse que em atendimento a um  
209 encaminhamento da XVIII Reunião Ordinária do CNRH, a Secretaria Executiva do CNRH  
210 reelaborou seu programa de trabalho e sua proposta orçamentária para 2008 (**Anexo VI**).  
211 Apontou que o programa de trabalho lista as atividades em discussão nas Câmaras Técnicas e  
212 lembrou que no detalhamento do Programa V do PNRH está previsto a integração das ações  
213 do CNRH, o qual promoverá a sua pauta. Por fim, destacou que o ano de 2008 será  
214 contemplado com eventos em comemoração aos dez anos do CNRH. O **Sr. Maurício**  
215 **Vasconcellos** (ANA) reforçou a necessidade de uma planejamento estratégico para o CNRH,



216 com otimização das suas reuniões e aferição de seus resultados. A **Sra. Marina Scalon**  
217 (MME) sugeriu que as reuniões das Câmaras Técnicas fossem bimestrais, se necessário, em  
218 dois dias, e contou com o apoio da **Sra. Sonáli Oliveira** (Concessionárias) e do **Sr. Marcus**  
219 **Vinícius da Silva** (Comitês). Este acrescentou ainda que, para maior eficiência e eficácia dos  
220 trabalhos, as matérias deveriam ser encaminhadas à CTIL acompanhadas de um manual  
221 detalhando a sua tramitação e a sua base jurídica, citando como exemplo o Manual da  
222 Presidência da República. Sugeriu também que o CNRH, além das deliberações por  
223 resoluções e moções, estabelecesse o expediente de diretivas e/ou recomendações técnicas.  
224 Por sua vez, o **Sr. Gilberto Canali** (OTEP) sugeriu a utilização de discussões eletrônicas para  
225 agilizar os trabalhos da CTIL, de forma a obter mais eficiência e reduzir os gastos. Visando  
226 manter o foco das discussões, o **Sr. Márley Caetano de Mendonça** (SRHU/MMA) chamou  
227 atenção de que as manifestações anteriores caberiam na discussão do planejamento estratégico  
228 do SINGREH (Programa V do PNRH) e também na revisão do Regimento Interno do CNRH,  
229 o último já em pauta na CTIL que estabeleceu o dia 18 de janeiro de 2008 como data limite  
230 para envio de sugestões de alterações. Lembrou que, por ora, estar-se-ia analisando o  
231 “Programa de Trabalho e Proposta Orçamentária da Secretaria Executiva do CNRH para  
232 2008”. Voltando ao foco, as seguintes modificações ao programa de trabalho foram propostas:  
233 i) na introdução, incluir nota de esclarecimento de que, a qualquer tempo, para atendimento  
234 das necessidades do CNRH, poderiam ser desenvolvidas e executadas novas atividades; ii) em  
235 reuniões/eventos, incluir o apoio à organização do Seminário GT Rio Acre - iniciativa da  
236 CTGRHT (1º semestre); iii) em reuniões/eventos, alterar a previsão da reunião com os  
237 presidentes de Câmaras Técnicas para o 1º semestre; iv) em atividades das câmaras técnicas  
238 para 2008, mencionar que a listagem não exclui a inserção de novos temas; v) em atividades  
239 para 2008 da CTGRHT, alterar a atividade “elaboração de uma proposta de acordo para a  
240 gestão da bacia do rio Acre” para “discussão sobre a gestão da bacia do rio Acre”; e vi) em  
241 atividades para 2008 da CTGRHT, incluir a revisão do Glossário de Termos Referentes à  
242 Gestão de Recursos Hídricos Fronteiriços e Transfronteiriços. Findos as manifestações, por  
243 consenso, a CTIL decidiu encaminhar o “Programa de Trabalho e Proposta Orçamentária da  
244 Secretaria Executiva do CNRH para 2008”, com as modificações propostas (**Anexo VII**), para  
245 deliberação superior do Plenário do CNRH, acompanhado da proposta de resolução (**Anexo**  
246 **VIII**) que o aprova. Registra-se as sugestões do **Sr. Wilson Azevedo Filho** (Pescadores e  
247 Usuários de Água p/ Lazer e Turismo) de que o relatório de atividades do CNRH do ano  
248 anterior seja apresentado junto à proposta de programa de trabalho e de que nas edições do  
249 Conjunto de Normas figurem os nomes dos Conselheiros do CNRH e de seus representantes  
250 nas câmaras técnicas. **Item 8 - Análise da proposta de resolução que “Aprova a revisão**  
251 **dos mecanismos e ratifica os valores para a cobrança pelo uso de recursos hídricos de**  
252 **domínio da União da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí”,**  
253 **encaminhada pela CTCOB:** convidado a apresentar a matéria, o **Sr. Rodrigo Carvalho**,  
254 Presidente da CTCOB, primeiramente mencionou que, à pedido da CTCOB, encaminhou para  
255 conhecimento da CTIL o relatório de acompanhamento da aplicação dos recursos da cobrança  
256 pelo uso dos recursos hídricos proveniente da compensação financeira do setor elétrico  
257 (**Anexo IX**), o qual foi elaborado pelo GTAAC, grupo de trabalho instituído no âmbito da  
258 CTCOB. Em seguida, mencionou que a CTCOB acolheu o Ofício Comitês PCJ nº 227/2007  
259 (**Anexo X**) no qual os Comitês PCJ encaminham a Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº  
260 078/07 que “aprova propostas de revisão dos mecanismos e de ratificação dos valores para a  
261 cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União nas bacias hidrográficas dos Rios  
262 Piracicaba, Capivari e Jundiaí”, para análise e manifestação do CNRH. Disse que a ANA  
263 emitiu a Nota Técnica nº 089/2007/SAG-ANA (**Anexo XI**) sugerindo “ao CNRH a aprovação  
264 da revisão dos mecanismos e da ratificação dos valores para a cobrança pelo uso de recursos  
265 hídricos, propostos pelos Comitês PCJ”. Por fim, disse que a CTCOB encaminhou, para  
266 análise e apreciação da CTIL, o Ofício nº 030/2007/CTCOB/CNRH/MMA (**Anexo XII**) com  
267 listagem de questões levantadas pelo segmento industrial, acompanhado do Of. Comitês PCJ  
268 nº 279/2007 e também de uma proposta de resolução que “aprova a revisão dos mecanismos e  
269 ratifica os valores para a cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União da

270 Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí”. Abertos os debates, a **Sra.**  
271 **Maria Cristina Yuan** (Indústrias) e a **Sra. Maria Luíza Werneck** (Indústrias) apontaram  
272 impropriedades no anexo da Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 078/07, entre elas: i)  
273 na fórmula do  $\text{Valor}_{\text{Total}}$  (art. 9º) há dupla contagem no valor da cobrança para o setor rural; ii)  
274 por se tratar de cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União, não caberia  
275 citação do DAEE e do IGAM no art 1º; iii) haveria discrepâncias de critérios quanto ao  
276 enquadramento dos corpos d’água para captação e lançamento; e iv)  $Q_{\text{cap out}}$  descrito no art. 2º  
277 não poderia referendar captações sem outorga. Além disto, manifestaram a discordância do  
278 segmento industrial com os arts. 12 e 13 por entenderem que estes ferem a isonomia entre os  
279 usuários de recursos hídricos, devendo o mecanismo ali previsto ser aplicado a todos os  
280 usuários da bacia. Opinaram também que, por se tratar de uma obrigação legal, não dever-se-  
281 ia conceder incentivos para aqueles que tratam seu efluente. Por fim, disseram não concordar  
282 com  $K_{\text{consumoi}}$  do art. 4º e  $K_t$  do art. 5º que significava um desconto de 50% no valor da  
283 cobrança para o uso irrigação. O **Sr. Eduardo Paschoalotti**, dos Comitês PCJ, primeiramente  
284 esclareceu que todas as deliberações do CBH-PCJ Estadual e do CBH-PCJ Federal são  
285 conjuntas. Em seguida, disse que a Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 078/07 atende a  
286 solicitação da Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 025/05 e da Resolução CNRH nº 52,  
287 de 28 de novembro de 2005, de que os mecanismos de cobrança fossem revistos após dois  
288 anos. Informou que a proposta atual assemelha-se a anterior, entretanto, avança na definição  
289 de usos insignificantes, na cobrança específica para o setor rural, e na adoção do  $K_{\text{pr}}$  para  
290 adequar as cobranças “federais” e “estaduais”. Justificou que a citação do DAEE e do IGAM  
291 deve-se ao convênio de emissão de outorgas existente entre estes e a ANA. Por sua vez, o **Sr.**  
292 **Sérgio Razera**, do Consórcio PCJ, disse que a diferença de critérios para o caso do  
293 enquadramento deve-se ao fato de que, para os Comitês PCJ, estaria claro que quem captasse  
294 água de pior qualidade mereceria desconto relativo a cobrança pela captação, o que ainda não  
295 estaria claro para o caso da cobrança pelo lançamento. Continuou chamando atenção ao fato  
296 de que os mecanismos estabelecidos na Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 078/07  
297 foram frutos de amplo debate nos Comitês PCJ e foram pactuados entre todos os segmentos  
298 da bacia. Para o **Sr. Maurício Vasconcellos** (ANA), o mecanismo diferenciado de pagamento  
299 previsto no art. 12 do anexo da Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 078/07 não fere a  
300 isonomia entre os usuários da bacia. Justificou sua opinião apontando que a variável apurada  
301 no  $\text{Valor}_{\text{DBO}}$  seria a DBO, e desta forma, é aplicável a qualquer usuário que efetuar  
302 lançamento de DBO. O **Sr. Rodrigo Flecha**, da ANA, primeiramente registrou sua  
303 concordância com os argumentos apresentados pelo Sr. Maurício Vasconcellos, e em seguida,  
304 opinou que, em função da CTCOB ter debatido amplamente os critérios técnicos do anexo da  
305 Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 078/07 e tendo em vista a conclusão da Nota  
306 Técnica nº 089/2007/SAG-ANA sugerindo sua aprovação, a CTIL deveria limitar sua análise  
307 aos aspectos institucionais e legais da proposta. O **Sr. Wilson Bonança** (Irrigantes) também  
308 manifestou seu entendimento de que a CTIL deveria respeitar o processo de negociação e o  
309 pacto realizado no âmbito dos Comitês PCJ. Posicionou que os segmentos deveriam  
310 apresentar suas demandas e argumentos no fórum local e não no CNRH: “não é o CNRH  
311 dizer o que tem que fazer e sim o comitê”, e teve o apoio do **Sr. Marcus Vinícius da Silva**  
312 (Comitês). A **Sra. Maria Luíza Werneck** (Indústrias), mostrando não estar convencida que o  
313 art. 12 não fere a isonomia entre os usuários, exemplificou que o segmento industrial não faz  
314 lançamentos de DBO fora dos padrões, e assim, o único beneficiado pelo mecanismo  
315 diferenciado de pagamento seria o usuário saneamento. Em continuação, manifestou seu  
316 descontentamento com a destinação dos recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos na  
317 promoção do saneamento. O **Sr. Francisco Lahóz**, do Consórcio PCJ, disse que os Comitês  
318 PCJ esperam construir gradativamente a gestão dos recursos hídricos da bacia, e  
319 concomitantemente, aprimorar o cálculo da cobrança, incluso a inserção de outros parâmetros,  
320 além da DBO, na parcela referente ao lançamento de efluentes. Lembrou que o sistema  
321 brasileiro de gestão de recursos hídricos é ainda recente e ilustrou que na França, cujo sistema  
322 foi implantado há quatro décadas, utiliza-se atualmente 11 parâmetros. Continuou dizendo  
323 que, em futuro breve, a DQO poderá ser um novo parâmetro de cálculo da cobrança pelo

lançamento de efluentes, e assim, o mecanismo diferenciado de pagamento beneficiará amplamente as indústrias. Em seguida, ilustrou que atualmente 80% do pagamento pelo uso de recursos hídricos nas bacias PCJ remete-se ao usuário saneamento e à transposição, e que a parcela de arrecadação das indústrias é de 17%. Por fim, lembrou que é uma decisão dos Comitês PCJ, baseado no seu plano de bacia, privilegiar, no curto prazo, as ações de saneamento com objetivo de reduzir os problemas de qualidade de água. Neste momento, dado as diferentes opiniões relativas ao art. 12 do anexo da Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 078/07, e com a confirmação de *quorum*, o **Sr. Márley Caetano de Mendonça** (SRHU/MMA) colocou o tema em votação. Ampla maioria votou favorável ao entendimento de que o referido artigo não fere a isonomia entre os usuários, sendo o único voto contrário da Indústria e tendo ocorrido uma abstenção pelo MJustiça, que considerou não ser cabível à CTIL questionar o anexo da referida deliberação. Vencido este entendimento, às 19h00 os trabalhos do dia 12 de novembro de 2007 foram encerrados sendo retomados às 09h30 do dia seguinte quando a **Sra Maria Cristina Yuan** (Indústrias), declinando-se ao argumento de que a CTIL deveria respeitar ao máximo o processo participativo e descentralizado que resultou no anexo da Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 078/07, propôs a aprovação da revisão dos mecanismos de cobrança inserindo à proposta de resolução do CNRH, no seu art. 1º, as seguintes ressalvas: i) que as parcelas Valor<sub>cap</sub> e Valor<sub>cons</sub> na fórmula do Valor<sub>Total</sub> descrita no art. 9º não se aplicam ao cálculo da cobrança para os usuários do setor rural, para os quais deve-se considerar o Valor<sub>Rural</sub>; ii) que não fosse referendado a não existência de outorga em Q<sub>cap out</sub> descrito no art. 2º; e iii) fosse mantido o instrumento preconizado no §4º, art. 5º, do Anexo I da Resolução CNRH nº 52, de 2005. Com a concordância de todos, foi delegado à Secretaria Executiva do CNRH a elaboração da redação destas ressalvas e sua inserção ao art. 1º da proposta de resolução. Passou-se então a discussão dos demais artigos da proposta de resolução que, após ampla discussão e modificações pertinentes à CTIL, ficou conforme **Anexo XIII** e foi solicitado seu encaminhamento para deliberação superior do Plenário do CNRH, com o parecer favorável desta CTIL. Registra-se a supressão dos art. 3º, 4º e 5º da proposta de resolução originalmente encaminhada pela CTCOB. O art. 3º foi suprimido após votação: foram favoráveis a supressão: ANA, CERH-RJ/SP, CERH-BA/CE, Irrigantes e Comitês (cinco votos); foram contrários: Pescadores e Usuários de Água p/ Lazer e Turismo, MCidades (dois votos); abstenções: MME, MJustiça e Indústrias (três). O argumento vencedor foi de que seria função do comitê acompanhar a cobrança e, a qualquer tempo, propor sua revisão. A supressão do art. 4º foi consensada após acordo com o segmento industrial de que a CTIL, por meio de ofício, recomendaria à CTCOB uma revisão da Resolução CNRH nº 48, que “estabelece critérios gerais para a cobrança pelo uso dos recursos hídricos”, com vistas a estabelecer normas gerais para regulamentar os mecanismos diferenciados de pagamento, com observação da sustentabilidade financeira da gestão e a sua aplicação universal, ou seja, visando beneficiar todos os usuários. Por sua vez, a supressão do art. 5º foi por consenso após sua idéia ser inserida no art. 1º. **Item 9 - Análise da proposta de resolução que “Estabelece nova composição para a Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira - CTCOST”, encaminhada pela Secretaria Executiva do CNRH:** convidada a apresentar a matéria, a **Sra. Rachel Siqueira**, relatora da CTCOST, lembrou que no dia 30 de novembro de 2007 será encerrado o mandato da atual composição da CTCOST. Continuou dizendo que, em função disto, a Secretaria Executiva do CNRH consultou a todos os Conselheiros do CNRH sobre o interesse do seu segmento participar do novo mandato da CTCOST. As manifestações foram sistematizadas na proposta de resolução apresentada no **Anexo XIV**. Esclareceu que a “3ª vaga do MMA” seria destinada à Gerência de Qualidade Costeira e do Ar - GQCA, da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente - SMUC/MMA, cujo gerente, Sr. Ademilson Zamboni, preside atualmente a CTCOST. Por fim, informou que a solicitação desta vaga ainda estava em tramitação no MMA. O **Sr. Márley Caetano de Mendonça** (SRHU/MMA) lembrou que regimentalmente as câmaras técnicas do CNRH podem ser constituídas de, no mínimo, sete membros e, no máximo, dezessete, e apontou que para o novo mandato da CTCOST haviam 14

378 manifestações de interesse. A **Sra. Simone Campos** (CERH-BA/CE) indagou sobre a  
379 ausência do Ministério do Turismo na nova composição da CTCOST e foi esclarecida, pela  
380 **Sra. Rachel Siqueira**, de que este Ministério foi regimentalmente excluído da atual  
381 composição da CTCOST por excesso de faltas. Além disto, os Conselheiros do Ministério do  
382 Turismo não manifestaram interesse em participar do novo mandato da câmara. Apontando a  
383 importância da sociedade civil nas discussões da CTCOST, o **Sr. João Clímaco** (ONGs)  
384 pleiteou uma vaga adicional para o segmento das Organizações Não-Governamentais e contou  
385 com o apoio da **Sra. Ninon Machado** (ONGs). Findos os debates, por consenso, a CTIL  
386 acatou a destinação da vaga à SMUC/MMA, assim como concordou em conceder uma vaga  
387 adicional para as ONGs. Desta forma, com seu parecer favorável, foi solicitado o  
388 encaminhamento da proposta de resolução que “estabelece nova composição para a  
389 CTCOST” para deliberação superior do Plenário do CNRH, na forma final apresentada no  
390 **Anexo XV**. Antes de avançar a pauta, em função da ausência do Sr. Demetrios Christofidis,  
391 que apresentaria a matéria do item 10, o **Sr. Márley Caetano de Mendonça** (SRHU/MMA)  
392 submeteu aos presentes a seguinte inversão de pauta: tratar o item 11 antes do item 10, o que  
393 foi acatado. Desta forma, a reunião prosseguiu ao **Item 11 - Análise da proposta de**  
394 **resolução que “Estabelece diretrizes para proteção e conservação da água subterrânea”,**  
395 **encaminhada pela CTAS;** convidado a apresentar a matéria, o **Sr. Daniel Duarte**, relator da  
396 CTAS, primeiramente expôs os principais motivos que levaram a CTAS a elaborar a proposta  
397 de resolução com o estabelecimento de “mecanismos e critérios gerais para proteção e  
398 conservação das águas subterrâneas no território brasileiro” (**Anexo XVI**): i) que 97% das  
399 águas do País são subterrâneas e estão sendo utilizadas de forma clandestina e insustentável;  
400 ii) que os investimentos na proteção dos aquíferos é mais eficiente e menos dispendioso do  
401 que os custos para sua despoluição; e iii) que há necessidade de integração da gestão das  
402 águas subterrâneas e superficiais em função da retroalimentação entre aquíferos e rios/lagos.  
403 Em seguida, explicou a origem dos *considerandos* e abordou os conteúdos dos seus artigos.  
404 Abertos os debates, a **Sra. Maria Luíza Werneck** (Indústrias), embora reconhecesse a  
405 intensão da proposta, argumentou que, nos seus aspectos legais, ela seria inconstitucional.  
406 Para ela, o CNRH não poderia conferir atribuições aos órgãos estaduais de recursos hídricos e  
407 que somente lei poderia fazê-lo. Além disto, opinou que deveria ser observado a autonomia  
408 dos Estados para deliberarem sobre as águas de seu domínio. Por fim, embora não  
409 reconhecesse avanços da proposta em análise em relação a Resolução CNRH nº 15, sugeriu  
410 que a CTIL retornasse a proposta de resolução para adequação da CTAS de forma a  
411 transformá-la em normas gerais, diretrizes. A **Sra. Ninon Machado** (ONGs), a **Sra. Sonáli**  
412 **Oliveira** (Concessionárias) e a **Sra. Marina Scalon** (MME) concordaram com os argumentos  
413 da Sra. Maria Luíza Werneck quanto aos aspectos legais da proposta e acharam prudente sua  
414 adequação para diretrizes, uma vez que o conteúdo da proposta era válido para a gestão  
415 integrada dos recursos hídricos. O **Sr. Wilson Bonança** (Irrigantes) disse que também  
416 participara da CTAS e relatou que os representantes dessa câmara encontraram dificuldades  
417 em adequar juridicamente a proposta de resolução respeitando os limites de competência do  
418 CNRH, mas optaram em avançar no seu desenvolvimento e encaminhá-la para análise dos  
419 seus aspectos legais pela CTIL. Acrescentou que a proposta foi fruto de um ano de atividades  
420 e que agrega contribuições de todo o País, sendo seu conteúdo de grande valia. Por fim,  
421 sugeriu uma reunião conjunta entre a CTIL e a CTAS. Por sua vez, o **Sr. Maurício**  
422 **Vasconcellos** (ANA) primeiramente disse não compartilhar da tese de que o CNRH não  
423 poderia conferir atribuições aos Estados. Em seguida, opinou que os trabalhos da CTAS  
424 estavam finalizados e que o fórum para a adequação da proposta de resolução seria a CTIL. O  
425 **Sr. Márley Caetano de Mendonça** (SRHU/MMA), baseando-se nos argumentos de que  
426 compete privativamente a União legislar sobre águas (inc. IV, art. 22 da CF/88); que compete  
427 a União instituir o SINGREH (inc. XIX, art. 21 da CF/88); que a Lei 9.433/97 estabelece uma  
428 política nacional de recursos hídricos; que o CNRH é um conselho nacional e não federal; e  
429 que ao CNRH compete estabelecer diretrizes complementares para implementação da Política  
430 Nacional de Recursos Hídricos (inc. VI, art. 35 da Lei 9.433/97), explanou seu entendimento  
431 de que o CNRH teria competência para estabelecer obrigações para os Estados em relação às



matérias de sua competência. A **Sra. Maria Luíza Werneck** (Indústrias) discordou ilustrando que a Lei 9.433/97 estabelece as competências do CNRH e dos comitês de bacia de rios de domínio da União e o mesmo não fizera para os CERHs. O **Sr. Maurício Vasconcellos** (ANA) disse que, neste caso, aos CERHs aplicava-se o princípio da simetria. A **Sra. Maria Luíza Werneck** (Indústrias) disse entender que o princípio da simetria aplicava-se as normas gerais da Lei 9.433/97, ou seja, que o Estado poderia legislar sobre as águas de seu domínio. Após debates não conclusivos sobre os limites de atuação do CNRH e havendo acordo quanto a necessidade de adequação da proposta de resolução, de forma a transformá-la em normas gerais sem conferir atribuições aos órgãos estaduais, mas não havendo consenso sobre qual câmara técnica deveria fazê-lo, o seguinte encaminhamento foi colocado em votação: retorno da matéria à CTAS com designação de um advogado da SRHU/MMA para auxiliar nos trabalhos ou adequação da matéria pela CTIL. Foram favoráveis ao retorno da matéria à CTAS: Indústrias, CERH-BA/CE, CERH-RJ/SP e Comitês (4 votos). Foram favoráveis a adequação da matéria pela CTIL: Pescadores e Usuários de Água p/ Lazer e Turismo, Irrigantes, ANA, MCidades, ONGs, SRHU/MMA, MME, Concessionárias, MJJustiça (9 votos). Às 12h50, a reunião foi interrompida para almoço sendo reiniciada às 15h00 quando a CTIL passou a readequar a proposta de resolução tendo avançado somente até o art. 3º (Anexo XVII) da proposta originalmente encaminhada pela CTAS, devendo sua continuidade ser dada na próxima reunião. **Item 10 - Análise da proposta de resolução que "Estabelece procedimentos para disciplinar a prática de reuso direto não potável de água na modalidade definida na Resolução CNRH n 54, de 28 de novembro de 2005", encaminhada pela CTCT:** registra-se que antes da pausa para almoço do dia 13 de novembro de 2007, com a chegada do Sr. Demetrios Christofidis, a proposta de resolução da CTCT (Anexo XVIII) foi apresentada à CTIL. Na sua exposição (Anexo XIX), o **Sr. Demetrios Christofidis** disse que a proposta regulamentava uma das modalidades de reuso previstas na Resolução CNRH nº 54, qual seja, para fins agrícolas e florestais. Destacou que seu resultado foi fruto de dez reuniões de um grupo de trabalho criado no âmbito da CTCT para este fim, reuniões estas que envolveram mais de 40 entidades e que contou com plena participação do setor saneamento. Registra-se também que, nesta reunião da CTIL, não houve nenhuma discussão da matéria, a qual ficou de ser analisada na próxima reunião da CTIL; **Item 12 - Discussão sobre a adoção e implementação de um cadastro de entidades civis com atuação em recursos hídricos:** item não discutido. **Item 13 - Continuação das apresentações sobre o tema da representatividade nos processos eletivos para o CNRH pelos segmentos Usuários de Recursos Hídricos e Organizações Civis de Recursos Hídricos: i) Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica - Sra. Sonáli Cavalcanti Oliveira:** (Anexo XX) primeiramente informou que as Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica possuem dois assentos no CNRH, sendo que, por entendimento interno, um deles é ocupado por um representante das GCHs e o outro por um representante das PCHs. Com relação ao exercício da representatividade, disse que, após as reuniões, os atores que representam as Concessionárias elaboram o denominado Relatório de Atividades Externas - RAE, contendo um resumo da reunião, as posições tomadas e as decisões geradas, sendo este divulgado para todas as empresas de hidreletricidade. Além disto, há um Grupo de Trabalho de Recursos Hídricos da ABRAGE - GTRH que subsidia a participação dos Conselheiros e de seus representantes nos fóruns colegiados. Por fim, ao lembrar o diferente porte das GCHs comparadas às PCHs, em termos dos impactos que provocam, do pagamento da compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos e da questão dos usos múltiplos associados aos reservatórios daquelas, como regularização de vazão, controle de cheias e navegação, expôs o anseio do segmento de que a escolha dos seus representantes no CNRH sejam realizadas em assembleias distintas, uma para GCHs e outra para PCHs. Finalizada a apresentação, o **Sr. Márley Caetano de Mendonça** (SRHU/MMA) encerrou o ciclo de apresentações sobre o tema da representatividade nos processos eletivos para o CNRH, sendo assim, no âmbito da CTIL não será concedido espaço para novas apresentações. **Item 14 - Relato das atividades do GT "Água e Florestas"; Item 15 - Relato das atividades do GT "Aplicação das diretrizes do PNRH aos empreendimentos**

486 hidrelétricos”; Item 16 - Relato das atividades do GT “Siapreh”; Item 17 - Relato das  
487 atividades do GT “Representatividade”: por escassez de tempo, não houve relato dos GTs.  
488 Item 18 - Assuntos gerais: o **Sr. Márley Caetano de Mendonça** (SRHU/MMA) acusou o  
489 recebimento do Ofício nº. 002/2007 - DP (**Anexo XXI**) no qual o Presidente do Comitê da  
490 Bacia Hidrográfica do Rio Piranhas-Açu, Sr. Iberê de Souza, solicita ao CNRH prorrogação  
491 do mandato da Diretoria Provisória do Comitê, até 31 de dezembro de 2008. Entretanto, como  
492 o documento chegou à Secretaria Executiva do CNRH somente no dia 12 de novembro de  
493 2007, não houve tempo para inclusão da matéria na pauta desta 98ª Reunião da CTIL. O **Sr.**  
494 **João Bosco Senra**, Diretor do Departamento de Recursos Hídricos da SRHU/MMA,  
495 informou que o mandato da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio  
496 Paranaíba também estaria se encerrando e que precisaria ser renovado. O **Sr. João Clímaco**  
497 (ONG) disse que o Estado do Rio Grande do Norte ainda não cumpriu o compromisso de  
498 realizar audiências públicas referentes ao processo de apresentação do Programa de  
499 Desenvolvimento Sustentável e Convivência com o Semi-árido Potiguar. Disse que esta  
500 situação o incomodava e que poderia condicionar à prorrogação do mandato da Diretoria  
501 Provisória do Comitê Piranhas-Açu ao cumprimento deste compromisso. Foi acordado o  
502 cancelamento da 99ª Reunião da CTIL convocada para o dia 21 de novembro de 2007 e foi  
503 agendada a próxima reunião da CTIL para fevereiro de 2008. Neste momento, foi reiniciada a  
504 reunião conjunta CTPNRH - CTIL para tratativa do Item 19 - Elaboração de proposta de  
505 resolução sobre o “Detalhamento dos Programas e Subprogramas do PNRH”: com a  
506 palavra, o **Sr. Sidnei Agra**, Presidente da CTPNRH, relatou que a CTPNRH havia  
507 continuado a análise do detalhamento dos programas do PNRH, tendo sido discutidos todos  
508 os Programas de I a VII. Disse que o GTCE compilaria todas as alterações acordadas ao longo  
509 da 48ª Reunião da CTPNRH e que, no caso dos temas onde não foi obtido consenso, a  
510 orientação da CTPNRH foi de que o GTCE adotasse uma redação com abordagem generalista  
511 para que a CTPNRH aprofundasse a discussão em 2008. Este foi o caso do Programa V (de  
512 Articulação Intersetorial, Inter e Intra-institucional da Gestão de Recursos Hídricos) no que se  
513 refere ao inventário do setor elétrico, ao conflito com a navegação e à implementação do art.  
514 52 da Lei nº 9.433/97. Continuou dizendo que o parecer da CTPNRH foi favorável a  
515 aprovação do detalhamento operacional dos Programas e Subprogramas do PNRH de I a VII  
516 com as alterações acordadas ao longo da 48ª Reunião da CTPNRH. Informou que a Matriz de  
517 Detalhamento não será encaminhada ao CNRH e deverá ser objeto de discussão na CTPNRH  
518 no 1º semestre de 2008 para, após consulta as outras câmaras técnicas do CNRH, reelaborar  
519 as suas duas últimas colunas: i) conteúdo relevante para o CNRH, e ii) temas em debates nas  
520 câmaras técnicas, de forma que o PNRH possa pautar o CNRH. Dado o parecer favorável da  
521 CTPNRH, o **Sr. Márley Caetano de Mendonça** (SRHU/MMA) leu proposta de resolução  
522 (**Anexo XXII**) redigida pela Secretaria Executiva do CNRH aprovando o detalhamento  
523 operativo dos programas de I à VII do PNRH e estabelecendo o prazo de 31 de dezembro de  
524 2008 para aprovação dos Programas de VIII à XIII. Após modificações pertinentes à CTIL, a  
525 proposta de resolução ficou conforme **Anexo XXIII** e, por unanimidade, foi solicitado seu  
526 encaminhamento para deliberação superior do Plenário do CNRH, com o parecer favorável  
527 desta CTIL. Embora o **Sr. Sidnei Agra**, Presidente da CTPNRH, tenha explicado que a  
528 implementação do Programa V do PNRH é que dará comando as articulações intersectorial,  
529 inter e intra-institucional da gestão de recursos Hídricos, registra-se o posicionamento  
530 contrário do **Sr. João Clímaco** que apontou que a sua demanda de modificar o *modus*  
531 *operandi* da CTPNRH para considerar os planos de bacia no detalhamento do PNRH não foi  
532 atendida e não atenderam aos anseios da sociedade civil. O **Sr. João Bosco Senra**, Diretor do  
533 Departamento de Recursos Hídricos da SRHU/MMA, agradeceu o esforço de todos e também  
534 as críticas construtivas para o aperfeiçoamento do PNRH. Disse que o detalhamento dará  
535 concretude ao PNRH, possibilitará a introdução de novos atores à gestão dos recursos hídricos  
536 e possibilitará angariar novos recursos financeiros para o setor. No entanto, lembrou que o  
537 trabalho não estava encerrado pois, além do detalhamento dos programas de VIII à XIII, ainda  
538 é necessário implementar o PNRH. Por sua vez, o **Sr. Sidnei Agra**, Presidente da CTPNRH,  
539 agradeceu ao GTCE, por promover ampla discussão do PNRH com a sociedade e o governo,

540 e agradeceu também aos membros da CTPNRH, que se debruçaram intensamente sobre o  
541 detalhamento do PNRH. Por fim, também apontou que o trabalho só estava começando sendo  
542 necessário a implementação do PNRH, com reflexo na pauta do CNRH e na gestão dos  
543 recursos hídricos do País. Não havendo mais nada a ser tratado, às 17h50 do dia 13 de  
544 novembro de 2007, o **Sr. Márley Caetano de Mendonça** (SRHU/MMA), Presidente da  
545 CTIL, e o **Sr. Sidnei Agra**, Presidente da CTPNRH, agradeceram o apoio logístico do MME,  
546 principalmente dos Conselheiros Gualter Mendes e Eduardo Madeira, e declararam encerrada  
547 a sessão conjunta e os trabalhos da 98ª reunião da CTIL e da 48ª reunião da CTPNRH.

548 **RESUMO DA REUNIÃO:**

- 549 - Item 2: apresentação sobre o processo de detalhamento do CNRH realizada pelo Sr. Luiz  
550 Augusto Bronzatto, do GTCE;
- 551 - Item 4: em conjunto com a CTPNRH, foi realizada a discussão das alterações propostas ao  
552 detalhamento dos subprogramas II.1, II.2, II.3 do PNRH;
- 553 - Item 5: ata da 97ª reunião da CTIL aprovada sem modificações;
- 554 - Item 6: foi entendimento da CTIL que o CNRH não deveria deliberar sobre a decisão do  
555 CBH-Doce de prorrogar o mandato de seus membros, mas apenas tomar conhecimento do  
556 fato;
- 557 - Item 7: a CTIL emitiu parecer favorável ao “Programa de Trabalho e Proposta Orçamentária  
558 da Secretaria Executiva do CNRH para 2008” e solicitou seu encaminhamento para  
559 deliberação superior do Plenário do CNRH;
- 560 - Item 8: após modificações pertinentes à CTIL e a inclusão de ressalvas relativas ao anexo da  
561 Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 078/07, a CTIL emitiu parecer favorável à proposta  
562 de resolução que “aprova a revisão dos mecanismos e ratifica os valores para a cobrança pelo  
563 uso de recursos hídricos de domínio da União da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba,  
564 Capivari e Jundiá”, e solicitou seu encaminhamento para deliberação superior do Plenário do  
565 CNRH;
- 566 - Item 9: com a inclusão de mais uma vaga para as ONGs, foi obtido o parecer favorável desta  
567 CTIL para o encaminhamento da proposta de resolução que “estabelece nova composição  
568 para a CTCOST” para deliberação superior do Plenário do CNRH;
- 569 - Item 10: o Sr. Demetrios Christofidis realizou a apresentação da matéria, mas a mesma não  
570 foi analisada pela CTIL o que deverá ser realizado na sua próxima reunião;
- 571 - Item 11: a CTIL iniciou uma adequação da proposta de resolução visando transformá-la em  
572 diretrizes e normas gerais, sem estabelecer obrigações aos Estados. A adequação avançou até  
573 o art. 3º e sua continuidade será realizada na próxima reunião da CTIL;
- 574 - Item 12: não discutido;
- 575 - Item 13: somente a apresentação das *Concessionárias e Autorizadas de Geração*  
576 *Hidrelétrica* foi realizada e a CTIL encerrou o ciclo de apresentações sobre  
577 representatividade;
- 578 - Itens 14, 15, 16 e 17: não houve relatos dos GTs;
- 579 - Item 19: com o relato do Presidente da CTPNRH, Sr. Sidnei Agra, de que o parecer da  
580 CTPNRH foi favorável a aprovação do detalhamento operativo Programas e Subprogramas  
581 do PNRH de I a VII com as alterações acordadas ao longo da sua 48ª Reunião, a CTIL  
582 elaborou proposta de resolução que “aprova o Detalhamento Operativo de Programas do  
583 PNRH” e solicitou seu encaminhamento para deliberação superior do Plenário do CNRH.

584  
585 Ata aprovada na 99ª Reunião da CTIL realizada em 20 e 21 de fevereiro de 2008.

586  
587  
588  
589

**Márley Caetano de Mendonça**  
Presidente da CTIL

**Marco Antônio Amorim**  
Relator da CTIL